

Revista íntima corporal é proibida em presídios de 59 cidades de SP

A revista íntima corporal foi proibida em presídios de 59 cidades paulistas. A decisão foi tomada pelo juiz Bruno Paiva Garcia e atinge as unidades da 4ª Região Administrativa Judiciária pelo Departamento Estadual de Execuções Criminais (Deecrim). O estado de São Paulo deverá pagar R\$ 350 mil por danos morais coletivos ao Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos. Cabe recurso da decisão.

Na decisão, em ação civil pública movida pela Defensoria Pública de São Paulo, o magistrado destacou que o modelo de revista usado em presídios é vexatório e atenta contra a dignidade da pessoa humana.

“O *scanner* corporal, na forma já prevista na legislação estadual, é alternativa segura à revista íntima: resguarda-se a segurança do estabelecimento, sem exposição do visitante ao ridículo desnudamento”, disse o magistrado.

Bruno Garcia também afirmou que o estado pode obrigar o preso a se despir caso seja necessário para a segurança do estabelecimento penal, mas não pode fazer o mesmo com os familiares do detento.

Comarcas da 4ª RAJ

Aguai	Hortolândia	Piracaia
Águas de Lindóia	Itapira	Piracicaba
Americana	Itatiba	Pirassununga
Amparo	Itirapina	Porto Ferreira
Araras	Itupeva	Rio Claro
Artur Nogueira	Jaguariúna	Rio das Pedras
Atibaia	Jarinu	Santa Bárbara D'Oeste
Bragança Paulista	Jundiaí	Santa Rita do Passa Quatro
Brotas Caieiras	Laranjal Paulista	São João da Boa Vista
Cajamar	Leme	São Pedro
Campinas	Limeira	Serra Negra
Campo Limpo Paulista	Louveira	Socorro
Capivari	Mogi Guaçu	Sumaré
Cerquillo	Mogi Mirim	Tietê
Conchal	Monte Mor	Valinhos
Cordeirópolis	Nazaré Paulista	Vargem Grande do Sul
Cosmópolis	Nova Odessa	Várzea Paulista
Espírito Santo do Pinhal	Paulínia	Vila Mimosa
Francisco Morato	Pedreira	Vinhedo
Franco da Rocha	Pinhalzinho	

Apesar de proibida em todo o Brasil desde agosto de 2014, com a edição da Resolução 5 pelo Ministério

da Justiça, a revista vexatória ainda é feita em muitos estados brasileiros, e a prática afeta também advogados. No último dia 20 de julho, a seccional paulista da Ordem dos Advogados do Brasil [denunciou o procedimento](#) à secretaria de Administração Penitenciária.

Em resposta à OAB-SP, a pasta afirmou que o processo de licitação para compra dos aparelhos começou e espera que até o final do ano eles estejam funcionando. *Com informações da Assessoria de Imprensa do Tribunal de Justiça de São Paulo.*

Date Created

31/07/2017